

HABEAS CORPUS Nº 500.410 - RS (2019/0083593-5)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
YARA NASARIO - RS014162
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : EDUARDO CORREA SANCHES (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em favor de **EDUARDO CORREA SANCHES**, em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Colhe-se nos autos que o Juízo da Vara de Execução Criminal da Comarca de Novo Hamburgo - RS reconheceu a falta grave cometida pelo paciente (fuga), no curso da execução, razão pela qual alterou a data-base para a concessão de benefícios executórios para a data da última falta (18/8/2017), determinou a regressão ao regime fechado e a perda de 1/3 (um terço) dos dias remidos (e-STJ, fls. 87-88).

O Tribunal de origem deu parcial provimento ao agravo em execução interposto pela defesa, tão-somente para limitar a alteração da data-base à futura progressão de regime, nos termos da ementa a seguir transcrita (e-STJ, fl. 103):

"AGRAVO EM EXECUÇÃO (ARTIGO 197, DA LEP). FALTA GRAVE (FUGA - ARTIGO 50, INCISO II, DA LEP). RECONHECIMENTO DE FALTA GRAVE E APLICAÇÃO DOS CONSECUTÓRIOS LEGAIS. INCONFORMISMO DEFENSIVO.

A prática de falta grave pelo apenado restou bem configurada.

Havendo infringência ao artigo 50, inciso II, da LEP, impõe-se o reconhecimento da falta e a consequente aplicação dos devidos consecutórios legais, que, no caso concreto, limitam-se à regressão de regime, com base nos artigos 118, inciso I, da LEP, a alteração da data-base, esta limitada, entretanto, apenas para futura progressão de regime, e a perda de 1/3 dos dias remidos.

AGRAVO PARCIALMENTE PROVIDO."

No presente *writ*, a impetrante alega, em síntese, que não haveria previsão legal para caracterizar a falta grave, sustentando, ainda, a ausência de proporção entre o fato praticado e a sanção aplicada, assim como a ilegalidade da alteração da data-base para a progressão de regime, como decorrência do cometimento da falta grave, pois ausente nova condenação com trânsito em julgado.

Afirma que a regressão de regime não seria obrigatória, insurgindo-se, também, contra a perda dos dias remidos, ao argumento de que não se trata de determinação automática, devendo ser fundamentada e aplicada excepcionalmente, não sendo essa a hipótese dos autos.

Requer, por fim, a concessão da ordem para que seja cassado o acórdão impugnado.

Liminar indeferida à fl. 117 (e-STJ).

Informações prestadas às fls. 122-178 e 180-252 (e-STJ).

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento do writ (e-STJ, fls. 175-178).

É o relatório.

Decido.

Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

Passo à análise das razões da impetração, de forma a verificar a possibilidade de concessão do *habeas corpus* de ofício.

Conforme relatado, o Juízo da execução penal reconheceu a prática de falta grave pelo paciente, determinando a regressão de regime, a alteração da data-base e a perda de 1/3 dos dias remidos (e-STJ, fls. 87-88).

Em seguida, o Tribunal de Justiça, acerca da controvérsia, apresentou os seguintes fundamentos (e-STJ, fls. 105-110):

"Da leitura dos autos pode-se extrair que Eduardo Corrêa Sanches cumpre a pena total de 11 (onze) anos de reclusão, pela prática dos delitos de homicídio e de furto qualificado, tendo iniciado o cumprimento da sua reprimenda em 28JAN2010, com término previsto para 06ABR2022, encontrando-se, atualmente em prisão domiciliar. Ocorre que, no curso da execução de sua pena em regime semiaberto, sobreveio a notícia de que o mesmo empreendeu fuga do estabelecimento prisional, ao não retornar quando devido do seu serviço externo, permanecendo na condição de foragido do dia 09AGO2017 ao dia 16AGO2017, oportunidade da sua recaptura.

[...]

Em suma, a prática imputada ao apenado encontra-se, a meu ver, suficientemente comprovada e, portanto, serve para demonstrar, principalmente, a sua falta de comprometimento em cumprir o dever jurídico que lhe foi imposto, razão pela qual reputo correto o reconhecimento da falta grave.

[...]

A regressão de regime se mostra imperativa, conforme disposto no artigo 118, inciso I, da LEP, sendo, a meu ver, descabida a tese de inconstitucionalidade deste artigo.

[...]

Paralelamente, a alteração da data-base quando o apenado comete falta grave, também é medida legal e compatível com a sistemática da Execução Penal.

[...]

Outrossim, é cediço que o cometimento de falta grave autoriza a perda de até 1/3 dos dias remidos, com fulcro no artigo 127, ambos da LEP (Lei n. 7.210/84). Cabe referir, no ponto, que a decretação da perda em 1/3 mostra-se adequada e proporcional à gravidade da falta (fuga),

além de devidamente justificada, já que trata-se de apenado que reiteradamente pratica infrações disciplinares ao longo do cumprimento de sua reprimenda."

Quanto à caracterização da falta grave, verifica-se dos autos que o paciente permaneceu 7 (sete) dias foragido, incorrendo na prática de infração disciplinar de natureza grave, prevista no art. 50, II, da LEP, não se constatando, no ponto, o alegado constrangimento ilegal.

A propósito:

"*HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. FUGA DO SISTEMA PRISIONAL. FALTA GRAVE. PREVISÃO LEGAL. DESCONSTITUIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. REVOLVIMENTO DE PROVAS. REGRESSÃO DE REGIME, INTERRUÇÃO DO LAPSO TEMPORAL PARA PROGRESSÃO E PERDA DOS DIAS REMIDOS. CONECTÁRIOS LEGAIS. FRAÇÃO DE PERDA DOS DIAS REMIDOS. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. VIOLAÇÃO DAS SÚMULAS N. 441 E N. 535, AMBAS DO STJ. FLAGRANTE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA. CONCESSÃO DE *HABEAS CORPUS* DE OFÍCIO.

1. O reconhecimento da fuga como falta grave decorre de expressa disposição legal (art. 50, inciso II, da LEP).

2. Após procedimento administrativo disciplinar e oitiva do Reeducando em juízo, o Magistrado concluiu que a conduta praticada configura falta grave. Rever tal entendimento não se coaduna com a via estreita do habeas corpus, dada a necessidade, no caso, de incursão em matéria fático-probatória, incabível nesta via.

3. A perda de 1/3 (um terço) dos dias remidos, a interrupção para fins de progressão de regime, bem assim a regressão ao modo fechado, foi determinada pelo Juízo da Execução Criminal, em decisão fundamentada, após procedimento administrativo, em razão da prática de falta grave (fuga do estabelecimento prisional), inexistindo ilegalidade a ser sanada.

4. Constatado flagrante constrangimento ilegal, consistente na violação das Súmulas n. 441 e n. 535, ambas do STJ, necessária a atuação desta Corte Superior, de ofício, para sanar tal vício.

5. Ordem denegada. *Habeas corpus* concedido de ofício a fim de afastar a interrupção do lapso temporal, em razão do cometimento da falta grave, para fins de livramento condicional, comutação de pena e indulto."

(HC 478.430/RS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 26/03/2019, DJe 10/04/2019, grifou-se).

"*HABEAS CORPUS* SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. FALTA GRAVE. HOMOLOGAÇÃO. SANÇÕES. REGRESSÃO DE REGIME. ALTERAÇÃO DA DATA-BASE PARA PROGRESSÃO. PERDA DOS DIAS REMIDOS. CONECTÁRIOS LEGAIS. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. *HABEAS CORPUS* NÃO

CONHECIDO.

[...]

II - *In casu*, as instâncias ordinárias, mediante exame do conteúdo probatório dos autos e das declarações fornecidas pelo paciente, entenderam que as justificativas apresentadas não eram suficientes para afastar o reconhecimento da falta grave capitulada no art. 50, inciso II, da LEP (fuga).

III - Dessa forma, desconstituir o entendimento firmado pelas instâncias originárias para afastar a falta grave que foi imputada ao paciente, não se verificando ilegalidade manifesta, demandaria amplo revolvimento da matéria fático-probatória, procedimento incompatível com a via estreita do *habeas corpus*. Precedentes.

IV - Consoante o entendimento firmado por esta Corte Superior de Justiça, a prática de falta grave determina a regressão de regime, a alteração da data-base para a progressão e a perda de até 1/3 (um terço) dos dias remidos. Súmulas n. 534, 535 e 441 desta Corte. Precedentes.

V - No que concerne à perda dos dias remidos, trata-se de sanção legalmente determinada, nos termos do art. 127 da Lei de Execuções Penais.

VI - A natureza especialmente grave da falta disciplinar - fuga - justifica a perda de dias remidos, tendo sido bastante a fundamentação deduzida no caso concreto.

Habeas corpus não conhecido."

(HC 472.152/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 12/02/2019, DJe 19/02/2019).

Em relação aos argumentos de que a regressão de regime não é corolário obrigatório do reconhecimento da prática de falta grave e que essa não acarreta a perda dos dias remidos, não assiste razão à defesa. Com efeito, de acordo com jurisprudência desta Corte Superior a prática de falta disciplinar de natureza grave implica a regressão de regime, conforme estabelecido pelo art. 118, I, da LEP, bem como a perda de dias remidos, consoante previsão do art. 127 da referida Lei:

"Art. 118. A execução da pena privativa de liberdade ficará sujeita à forma regressiva, com a transferência para qualquer dos regimes mais rigorosos, quando o condenado:

I - praticar fato definido como crime doloso ou falta grave;"

"Art. 127. Em caso de falta grave, o juiz poderá revogar até 1/3 (um terço) do tempo remido, observado o disposto no art. 57, recomeçando a contagem a partir da data da infração disciplinar."

Sobre o tema:

[...]

II - A jurisprudência deste Tribunal entende que 'o cometimento de falta grave durante a execução da pena traz como consequência a regressão de regime e a perda dos dias remidos, sem que isso caracterize ofensa à coisa julgada' (AgRg no HC n. 247.606/MG,

QUINTA TURMA, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, DJe 10/4/2013, grifei).

Agravo regimental desprovido."

(AgRg no HC 317.869/MG, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 23/2/2016, DJe 17/3/2016).

"[...]

- A prática de falta grave acarreta a alteração da data-base para fins de progressão de regime, a regressão de regime do apenado e a perda de até 1/3 (um terço) dos dias remidos. Precedentes.

[...]

- *Habeas Corpus* não conhecido. Ordem concedida de ofício para restringir a alteração da data base apenas para fins de progressão de regime, não interrompendo o prazo para o benefício da saída temporária e do trabalho externo."

(HC 327.233/RS, Rel. Ministro ERICSON MARANHO, DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP, SEXTA TURMA, julgado em 6/10/2015, DJe 28/10/2015).

Quanto à tese de que não há nenhuma previsão para a alteração da data-base quando não há condenação por prática de crime posterior ao início da execução da pena, melhor sorte não assiste à impetrante.

Em 12/2/2014, ao julgar, sob o rito de recurso repetitivo (CPC, art. 543-C), o Recurso Especial 1.364.192/RS, a Terceira Seção desta Corte decidiu:

"1. A prática de falta grave interrompe o prazo para a progressão de regime, acarretando a modificação da data-base e o início de nova contagem do lapso necessário para o preenchimento do requisito objetivo.

2. Em se tratando de livramento condicional, não ocorre a interrupção do prazo pela prática de falta grave. Aplicação da Súmula 441/STJ.

3. Também não é interrompido automaticamente o prazo pela falta grave no que diz respeito à comutação de pena ou indulto, mas a sua concessão deverá observar o cumprimento dos requisitos previstos no decreto presidencial pelo qual foram instituídos.

4. Recurso especial parcialmente provido para, em razão da prática de falta grave, considerar interrompido o prazo tão somente para a progressão de regime" (Rel. Ministro Sebastião Reis Júnior, grifou-se).

Esse entendimento está, inclusive, consolidado nas Súmulas 441, 534 e 535 do Superior Tribunal de Justiça, a seguir transcritas:

"A prática de falta grave não interrompe o prazo para fim de comutação de pena ou indulto." (Julgado em 10/6/2015, DJe 15/6/2015).

"A prática de falta grave interrompe a contagem do prazo para a progressão de regime de cumprimento de pena, o qual se reinicia a partir do cometimento dessa infração." (Julgado em 10/6/2015, DJe

15/6/2015).

"A falta grave não interrompe o prazo para obtenção de livramento condicional." (Julgado em 28/4/2010, DJe 13/5/2010).

Com efeito, observa-se que o Tribunal de Justiça considerou que a falta disciplinar de natureza grave redundaria alteração da data-base para a percepção da progressão de regime, em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior.

Por fim, em relação ao último tema levantado pela defesa, convém anotar que a jurisprudência desta Corte Superior é firme no sentido de que a perda de até 1/3 dos dias remidos, em razão da prática de falta grave, exige fundamentação concreta, consoante determina a própria legislação de regência, segundo a qual devem ser observadas as diretrizes elencadas no art. 57 da LEP (a saber: "a natureza, os motivos, as circunstâncias e as consequências do fato, bem como a pessoa do faltoso e seu tempo de prisão").

Nesse sentido:

"1. É pacífica a jurisprudência do STF e deste STJ de que o cometimento de falta grave durante a execução da pena poderá ensejar a perda dos dias remidos pelo trabalho, nos termos do art. 127 da Lei de Execução Penal. A partir da Lei 12.433, de 29/6/2011, que alterou a redação do art. 127 da Lei de Execução Penal, a revogação dos dias remidos ficou limitada à fração máxima de 1/3 (um terço).

2. Nos termos da orientação desta Corte, a escolha da fração de perda dos dias remidos em razão da prática de falta grave deve ser fundamentada pelo Magistrado, consoante disposição expressa do art. 57 da Lei de Execuções Penais.

[...]."

(AgRg no AREsp 674.125/SC, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 23/6/2015, DJe 29/6/2015).

"- O art. 127 da Lei n. 7.210/84, com a nova redação dada pela Lei n. 12.433/11, concede ao juízo da execução a discricionariedade para determinar o patamar de perda do tempo remido, observados os parâmetros do art. 57 da LEP (a natureza, os motivos, as circunstâncias e as consequências do fato, bem como a pessoa do faltoso e seu tempo de prisão).

- Na hipótese dos autos, o juízo da execução declarou a perda de 1/3 do tempo remido, mas não apresentou fundamentação, com base nos parâmetros do art. 57 da LEP, que justifique a escolha desse patamar, o que configura patente ilegalidade. Precedentes: HC n. 282.265/RS, Rel. Min. ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 2/5/2014; HC n. 299.308/RS, Rel. Min. NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 3/10/2014."

(HC 312.977/RS, Rel. Ministro ERICSON MARANHÃO, DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP, SEXTA TURMA, julgado em 18/6/2015, DJe 30/6/2015).

Na hipótese dos autos, consoante se afere do *decisum* impugnado, trata-se

da quinta falta do apenado (e-STJ, fl. 87). E, segundo o acórdão, "a decretação da perda em 1/3 mostra-se adequada e proporcional à gravidade da falta (fuga), além de devidamente justificada, já que trata-se de apenado que reiteradamente pratica infrações disciplinares ao longo do cumprimento de sua reprimenda" (e-STJ, fl. 110).

Assim, a perda de 1/3 dos dias remidos se deu de forma fundamentada. Portanto, não há qualquer ilegalidade imposta ao paciente apta a autorizar a concessão da ordem de ofício.

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator

